

ASCOLANI, Adrián; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina - ensaios de História Comparada da Educação (1820-2000)**. São Paulo: Cortez, 2009.

**Quando a educação constrói identidades:
Brasil e Argentina no transcorrer dos séculos XIX e XX**

*When education builds identities:
Brazil and Argentina during the 19th and 20th centuries*

Julia Rany Campos Uzun¹

*Nosso tesouro está onde estão as colmeias
do nosso conhecimento.*²

Durante o século XIX, os Estados latino-americanos que surgiram após as independências tinham como principal preocupação a afirmação como entidades políticas separadas da Europa e, nesse processo, começaram a buscar suas identidades. Mais do que Exércitos armados, tais governos buscavam a construção de uma identidade nacional comum, sendo a educação o mote dessas mudanças, por ter se tornado obrigatória, leiga e mais abrangente.

Procurando compreender o movimento latino-americano de busca pela identidade através da educação, a obra coordenada por Diana Gonçalves Vidal e Adrián Ascolani quer descobrir como as reformas educacionais se deram durante os séculos XIX e XX, no Brasil e na Argentina. O livro *Reformas educativas no Brasil e na Argentina – ensaios de História Comparada da Educação (1820-2000)* é o resultado de um projeto entre os dois países – “A constituição e reforma dos sistemas

¹ Mestranda em História Cultural pela Universidade de Campinas – UNICAMP, onde desenvolve a pesquisa *Estudo sobre a construção da memória mexicana presente nos manuais escolares produzidos durante o governo de Porfirio Díaz*. E-mail: professorajuliahistoria@yahoo.com.br

² NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.7.

educativos no Brasil e na Argentina, histórias conectadas (1820-1980)” –, realizado com o apoio financeiro da Capes e do SECyT/MINCyT.

Todos os sete capítulos foram escritos em conjunto por brasileiros e argentinos. A parceria quer fazer com que a reflexão sobre cada tema supere o desafio de esbarrar sobre as realidades nacionais.

O recorte temporal escolhido pelos organizadores permite a reflexão acerca das reformas a partir de diferentes momentos ou ainda sua concepção como um processo. A ideia de “longa duração” na História, tão utilizada pelos historiadores dos *Annales*, permite a análise da modificação das estruturas e da transformação nos hábitos escolares dos dois países.

O primeiro capítulo, escrito por Diana Vidal, Maurilane Biccas e Silvina Gvirtz, faz um balanço bibliográfico acerca das reformas educacionais. Para tanto, explora três aspectos principais associadas às reformas: de início, procura-se entender como as reformas se produzem na combinatória da ação de múltiplos sujeitos sociais; a partir disso, o segundo aspecto apresenta-se quando a análise das reformas se processa apenas na conjugação de diversas escalas temporais; passa-se por fim para a definição de que é necessário levar em consideração à dinamicidade e às lutas do jogo social e político para pensar qualquer reforma educacional.

Ao tratarem das duas grandes tradições em educação comparada, as autoras discorrem acerca de John Meyer e Francisco Ramírez, que representam os debates de Stanford, e Jürgen Schriewer, da Universidade Humboldt, Berlim. Enquanto a corrente de Stanford pretende encontrar regularidades que excedam o nacional, destacando o “comum” em trabalhos clássicos, a corrente de Berlim afirma que os estudiosos de Stanford não concebem como ciência as formas contingentes e diversificadas de educação. As autoras aproximam o pensamento da escola de Stanford ao de Marc Bloch e o da corrente de Schriewer ao dos antropólogos e a Michel Detienne, Ginzburg e Gruzinski (p.25-28). Após o debate, o artigo parte para uma análise de dados sobre as mudanças ocorridas no Brasil e na Argentina, com suas respectivas reformas, buscando compreender os limites da História Comparada.

O segundo capítulo, elaborado por Adrián Ascolani e José Gonçalves Gondra, refere-se aos primeiros manuais de História de Educação de uso generalizado na formação do magistério. No Brasil, trabalham com a obra *Noções de História de Educação*, publicada em 1933, fruto de um curso livre de Afrânio Peixoto; na Argentina, a obra escolhida foi *Historia de la educación general y argentina*, de Violeta Bregazzi e

Ethel Manganiello, publicada em 1953. O objetivo principal do capítulo é utilizar os manuais de forma comparativa, a fim de tornar visíveis as diferentes motivações de escrita e difusão das obras, buscando historicizá-las. Ao pensarem o ato da escrita, colocam em discussão autores como Marrou, Certeau e Hartog, que refletem sobre a prática do fazer historiográfico.

O capítulo seguinte, de autoria de Luciano Mendes de Faria Filho e Pablo Pineau, busca refletir sobre a relação entre a educação formal, o conceito de civilização e os requisitos para ser considerado cidadão. Procura-se compreender o momento das reformas como uma busca de inserção das nações em formação em um “mundo civilizado”, investigando o lugar ocupado pela educação em cada nação e o desenvolvimento de uma identidade nacional a partir da reforma educacional. Enfocando o período posterior ao fim dos regimes coloniais, tanto na Argentina quanto no Brasil, os autores analisam as ideias e os dilemas das elites, através dos escritos de alguns intelectuais, políticos e escritores, como estratégias combinadas de homogeneização e de diferenciação cultural e social, mantendo o controle sobre possíveis efeitos políticos da instrução das classes subalternas e contribuindo com a manutenção da hegemonia dos grupos dominantes.

O quarto capítulo discute comparativamente a trajetória do trabalho docente na Argentina e no Brasil. Escrito por Alessandra Frota Martinez de Schueler e Myriam Southwell, aborda a invenção da profissão do professor, partindo para a identificação dos esforços legislativos que incidiram sobre o trabalho docente, sobre a constituição e reforma das escolas normais e sobre instituições de formação docente. Em todo o artigo, as autoras tratam as lutas de representação docentes como índices de complexificação do campo educacional. Elas indagam sobre as atuais perspectivas do magistério e identificam no “normalismo” uma matriz de pensamento que atravessou gerações de educadores nos dois países, articulando de modo contingente e instável uma série de premissas, disposições, projeções, sentidos e práticas diferenciadas, organizando e estruturando as identidades de mestres, professores e demais atores do sistema educativo.

Já o capítulo de Angela Aisenstein e Heloisa H. Pimenta Rocha estuda o modo pelo qual o Estado atuou para constituir os corpos infantis por via da educação formal. Surge um diálogo com as teorias da História do Corpo e do Poder, especialmente com a abordagem foucaultiana. É elementar, no pensamento de Foucault, a determinação da educação (e,

principalmente, do ambiente escolar) na disciplinarização dos corpos.³ Observa-se, ainda, a relação entre o movimento escolanovista e a afirmação dos objetivos do Estado, não só no que tange à constituição dos corpos infantis, mas também aos “programas de assuntos” experimentados na década de 1930, na Argentina, bem como na reforma empreendida por Fernando de Azevedo no Rio de Janeiro.

O capítulo seguinte faz uma análise comparativa de projetos e de obras de intelectuais que permite evidenciar os principais problemas da educação universitária na Argentina e no Brasil, desde fins do século XIX até a década de 1970. Sandra Carli e Bernardo J. Oliveira revisam os elementos comuns na formação e na trajetória político-acadêmica de ambos os países, os principais pressupostos de seus projetos de reforma universitária, a influência das instituições vanguardistas e as mudanças que cada um logrou nesse terreno, assim como os obstáculos institucionais, ideológicos e corporativos que enfrentaram. São destacadas as assincronias do desenvolvimento da educação universitária e as diferentes concepções, conforme se trate da conexão com os problemas concretos da sociedade ou de ampliação do acesso aos estudos superiores, assim como as similaridades a que conduziram os objetivos de desenvolvimento nacional modernizador seguindo as décadas de 1950 e 1960.

No último capítulo, Carolina Kaufmann e Maria do Carmo Martins indagam sobre os usos de um determinado modelo de sujeito e de relações sociais conforme os propósitos tradicionalistas ou modernizadores, prefixados nos respectivos projetos de “reorganização” nacional. Neste capítulo, discutem-se as políticas culturais das últimas ditaduras na Argentina e no Brasil, com a hipótese de que, além de existir uma colaboração entre os regimes no plano da repressão à subversão e da política econômica, também houve uma influência recíproca no âmbito cultural e educacional. Para analisar tais semelhanças toma-se como objeto de estudo a disciplina *Formação moral e cívica*, observando as influências ideológicas e pedagógicas que a disciplina sofreu.

O livro se insere no atual debate educacional de diversas formas. Inicialmente, problematiza o conceito de reforma educacional: reforma é progresso, é mudança? Também traz luz às discussões sobre os limites e especificidades da História Comparada. Em que medida estas reformas se aproximam? Como se distanciam? Nesse sentido, a História Comparada

³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

defende que nenhum movimento ocorre isoladamente, mas apenas como parte integrada de um processo muito maior.

Por fim, cabe ressaltar que a obra contribui para ampliar o horizonte dos debates acerca da História da Educação em um viés multidisciplinar, posto que é fruto de um projeto binacional realizado por profissionais de diversas áreas das Ciências Humanas. Em última instância, o livro é importante por apontar como a “época das reformas educacionais” “construiu mentalmente para si sua representação do passado histórico”.⁴

Resenha recebida em novembro de 2011; aprovada em dezembro de 2011.

⁴ FEBVRE apud BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.127).